

Imprensa mouca, República louca

“Aquele que ouve

ouve quase sempre

o que quer ouvir”

Creonte, em ‘Antígona’

Ainda que Creonte, rei de Tebas, seja um usurpador despótico, há sabedoria em suas falas. Na peça *Antígona*, de Sófocles, escrita há mais de dois milênios, o personagem enuncia lições preciosas e justas, como a de “jamais colocar o maior interesse do melhor amigo, do mais íntimo parente, acima da mais mesquinha necessidade do povo e da pátria” (na tradução de Millôr Fernandes). Se inscrita com letras de bronze sobre o mármore branco do Palácio do Planalto, a receita do mítico tirano prestaria um bom serviço à democracia do presente. Não, não se trata de ironia, mas da mais pura e didática crueldade dos fatos.

Em outra passagem, Creonte responde com descrença ao filho Hêmon, que tenta convencê-lo a escutar as lamúrias do povo. “Aquele que ouve ouve quase sempre o que quer ouvir”, desconversa o rei. Sua intenção é autoritária, sem dúvida, mas suas palavras são razoáveis. Muitas vezes, quando um político (ou seu marqueteiro de estimação) diz que está “ouvindo” a “sociedade”, o “mercado” ou a “cidadania”, está, na verdade, garimpando nas falas dos outros a sentença que convém ao aos seus próprios interesses.

Nos nossos dias, há ocasiões em que o mesmo déficit auricular acomete as redações. Aí, repórteres se lançam aos telefones – e às vezes até às ruas, pois ainda há os que gastam sola de sapato – em busca das “aspas” que eles, ou seus chefes, querem ouvir (para todas as outras frases são simplesmente surdos). Estamos vivendo uma dessas ocasiões. Não que nos devamos preocupar em demasia com os tímpanos do reportariado, que são seletivos por definição, mas, especialmente neste mês de abril, a afecção de “ouvir o que se quer ouvir” denota o precário estado de saúde não apenas da imprensa, mas da República. O mal é mais sério.

A surdez relativa da imprensa sinaliza o nervosismo do campo geral da democracia. A intolerância campeia nas ruas, nos botecos e nos salões mais luxuosos das grandes cidades. No meio disso, a imprensa vai se desconectando do seu fio de prumo e escorrega no partidarismo. Nas páginas das publicações mais tradicionais do País, as alegações pró-impeachment têm sido difundidas em editoriais e longos artigos de opinião, enquanto os argumentos em prol da inocência da presidente da República não merecem igual destaque. Ainda que existam exceções, louváveis, o jornalismo dos meios impressos, digitais e da televisão, na sua média, pende para as teses que pleiteiam o impedimento de Dilma Rousseff.

Alguns editores se justificam, e o fazem de boa-fé. Dizem que o papel dos jornais é fiscalizar o Poder Executivo com rigor. Têm razão, mas se esquecem, contudo, de que o Judiciário também é um Poder (também é Estado) e deve ser fiscalizado com o mesmo rigor. Outros lembram que as pesquisas de opinião apontam a preferência do povo pelo

impeachment da presidente e, sendo assim, os veículos de imprensa se inclinam ao sabor dos humores do público. Teriam razão, também, mas há uma incoerência indesculpável nessa justificativa. As mesmas pesquisas que atestam a repulsa quase unânime dos brasileiros por Dilma mostram também que as majorias não querem o vice, Michel Temer, como substituto da titular. No sábado, dia 9, o Datafolha divulgou índices taxativos: 61% dos brasileiros apoiam o impeachment de Dilma e 58%, o de Michel Temer. Quer dizer: ao combater Dilma e poupar Temer, as pautas predominantes são contrárias, e não fiéis, às tendências da opinião pública.

A credibilidade da instituição da imprensa está exposta. Paira no ar a impressão de que um compacto bloco de opinião, intransigente e implacável, reuniu forças para encabrestar parte das redações. Quem mais perde com isso não é o governo ou a oposição. É a própria imprensa. Dessa proximidade programática com aqueles que dão a impressão de subjugar-la “herdará só o cinismo”. Dos que nela não se reconhecem herdará o rancor.

Uma imprensa que não sabe ouvir e identificar em falas divergentes um núcleo de razão legítima está a um passo de desistir de si mesma. Só há imprensa quando existe o propósito de proporcionar à sociedade os meios pelos quais ela possa dialogar consigo mesma. Sem isso a República adocece. Esse é o risco maior que corremos hoje.

A sociedade foi cindida por um muro que a reparte em dois lados – um muro que aflora a céu aberto, sobre o chão da Esplanada dos Ministérios, à espera do domingo fatal. Diante disso, a função da imprensa deveria ser a de abrir janelas no muro e pontes entre os dois lados, sem tomar o partido de um ou de outro. Se toma partido, agrava o mal-estar da República.

Agora o País se aproxima de dois cenários possíveis, ambos ruins. Se Dilma for apeada do poder, manifestações ocuparão as ruas no dia seguinte. Novos pedidos de impeachment, dessa vez contra Temer, baterão às portas do Congresso Nacional. O que fará a Câmara dos Deputados? Vai engavetar-los? E o que fará governo? Reprimirá os manifestantes com força bruta? E depois?

O segundo cenário não é melhor. Se Dilma ficar, como vai ser a sua sobrevida no cargo? Lula será o “primeiro-ministro” e tomará conta do Planalto, promovendo a presidente ao posto de peça decorativa? Será esse o caminho da estabilidade? Será essa a via para pacificar os dois lados que se hostilizam?

Se não contar com uma imprensa madura e consciente para se informar e refletir sobre impasses dessa ordem, a República seguirá surtando. O momento requer atenção. Em vez de bradar a toda hora pelo compromisso público dos parlamentares, os jornalistas fariam melhor se zelassem pelo seu próprio, deixando de lado as paixões (que são paixões dos políticos, não dos jornalistas) e buscando equilíbrio e distanciamento crítico.

Qualquer que seja o “day after”, ele será pior se os bons jornais estiverem surdos.

***EUGÊNIO BUCCI É JORNALISTA E PROFESSOR DA ECA-USP**